

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA TRANSIÇÃO DIGITAL

EDITORIAL

P.3 DAS EMERGÊNCIAS ÀS SOLUÇÕES, A FNE SEMPRE EM DEFESA DOS PROFISSIONAIS QUE REPRESENTA

ACÃO SINDICAL

P.4 FNE EM AUDIÇÃO NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

P.5 À P.7 FNE CELEBRA DIA MUNDIAL DO PROFESSOR COM VÁRIAS INICIATIVAS

P.8 FNE PROMOVE CONSULTA NACIONAL SOBRE ABERTURA DO ANO LETIVO 22-23

P.9 À P.14 PAULO DIAS, NA EDUSUMMIT 2022: APRENDER EM REDE É O MAIOR DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO DIGITAL

P.15, P.16 FNE AVANÇA COM PRÉ-AVISO DE GREVE PARA O DIA 2 DE NOVEMBRO

ENTREVISTA

P.17 À P.23 JOSÉ RICARDO COELHO: "SEM SINDICATOS FORTES NÃO HÁ FUTURO"

WEBINÁRIO

P.24 A TRANSVERSALIDADE DA MÚSICA NO DESENVOLVIMENTO DOS CURRÍCULOS DO ENSINO BÁSICO

NA MINHA OPINIÃO

P.25 ENSINO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO: DISCRIMINAÇÃO E PRECARIEDADE - TERESA SOARES - SPCL

NÃO DOCENTES

P.26 CARREIRAS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO:OS QUÊS E OS PORQUÊS - CRISTINA FEREIRA - STAAESRA

INTERNACIONAL

P.27, P.28 A FNE COM JOVENS PROFESSORES EM BERLIM

SAÚDE

P29 SAÚDE E SEGURANÇA EM EMPREGOS VERDES

LEGISLAÇÃO

P.30 DIPLOMAS PUBLICADOS EM DR DE 26 DE SETEMBRO A 25 DE OUTUBRO DE 2022

+VANTAGENS FNE

P.31 HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE

FICHA TÉCNICA

outubro 2022

Federação Nacional da Educação

diretor

João Dias da Silva

produção de conteúdos

Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado

Teresa Morais

Sindicato dos Professores da Zona Norte * Sindicato dos Professores da Zona Centro * Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato Democrático dos Professores do Sul * Sindicato Democrático dos Professores dos Açores * Sindicato Democrático dos Professores da Madeira * Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de

tesoureiro

Joaquim Fernandes

redação

Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto tel. 225 073 880 * secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação Rafael Marques e Tiago Soares

























Educação do Sul e Regiões Autónomas

















DAS EMERGÊNCIAS ÀS SOLUÇÕES, A FNE SEMPRE EM DEFESA DOS **PROFISSIONAIS QUE REPRESENTA**

É nossa aposta e nosso dever explorarmos todas as possibilidades que se possam abrir no sentido de se obterem ganhos significativos para os Trabalhadores que representamos. Não nos limitamos nunca a uma única solução, a desejável, mas trabalhamos sempre para obter o que for possível alcancar.

Temos consciência de que estamos a viver - há demasiado tempo, é certo - contextos difíceis, em que a perda do poder de compra se tem agravado, em que as condições de trabalho são cada vez mais exigentes e menos gratificantes. Vivemos tempos que são muito diferentes do que esperávamos e em que se criaram efetivas situações de emergência que nalguns casos corresponderam ao sucessivo agravamento de procedimentos, ambientes e contextos negativos que já tínhamos denunciado uma e outra vez. Para todas estas circunstâncias, sempre houve a nossa palavra de discordância, e sempre houve a nossa proposta de solução.

Tem sido neste diálogo entre emergência e solução que temos procurado intervir, nunca desistindo e procurando sempre obter um caminho, uma resposta.

Tem sido assim, passo a passo, embora, por vezes, apenas com pequenos ganhos, ou com a contenção de danos maiores. De cada vez, no entanto, entendemos que cada avanço deve ser assumido como a expressão do nosso empenho e da nossa ação.

Por isso felicitamos e nos congratulamos com os acordos que recentemente foram assinados, um com a UGT e outro com a FESAP. Em ambos os casos, assinala-se que muitos Trabalhadores registam importantes ganhos e podem olhar para o futuro a partir de uma perspetiva que constitui uma melhoria em relação à situação que se vivia. Em várias circunstâncias, os avanços conseguidos através destes acordos são importantes, embora tenhamos consciência de que teríamos desejado ir mais além. Mas sabemos que quando se vai seriamente para uma negociação não vai ser possível alcançar a totalidade do que se deseja. E desta vez foi o que aconteceu, sem de nenhum

modo desqualificar o que de importante e significativo se conseguiu, particularmente no âmbito das carreiras gerais da Administração Pública.

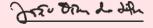
Mas também é certo que outras emergências estão por resolver.

É aqui que se insere o Orçamento de Estado para 2023, o qual passa completamente ao lado de qualquer medida de valorização das carreiras dos educadores e professores portugueses e dos professores do ensino superior e de eliminação dos múltiplos constrangimentos que marcam o desenvolvimento das suas carreiras e das condições de trabalho. O Governo adiou neste documento a valorização dos professores de que precisa para o presente é para o

Por isso se justifica plenamente que, a propósito deste Orçamento de Estado, os educadores e professores portugueses manifestem a sua profunda insatisfação, através da greve marcada para o dia 2 de novembro próximo. É necessário que a mobilização seja forte, que a adesão seja expressiva, para que a mensagem seja bem percebida pelo Governo. A dimensão da greve é extremamente importante para reforçar o papel sindical nas negociações que se anunciam, e desde logo com o Ministério da Educação, quer em relação à revisão do regime de concursos, quer à valorização da carreira.

Também no âmbito do ensino superior, as negociações relativas aos estatutos de carreiras do universitário e do politécnico e à revisão do regime jurídico do setor constituem importantes oportunidades para que se caminhe no sentido dos objetivos que defendemos.

É deste modo que, pelos mais variados meios, nos empenhamos no sentido de que para as emergências se encontrem boas soluções.



João Dias da Silva Secretário-Geral da FNE

FNE EM AUDIÇÃO NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A FNE marcou presença na tarde de 20 de novembro de 2022, na Audição do Grupo de Trabalho - Ensino Superior Politécnico, na Comissão de Educação e Ciência, na Assembleia da República.

José Luís Abrantes, Secretário Executivo Avocado da FNE e Isabel Martins, Professora no Instituto Politécnico de Viseu, representaram a FNE no debate desta iniciativa que a Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República está a realizar, com um conjunto alargado de audições sobre o Ensino Superior Politécnico, acima de tudo para obter resposta a algumas questões levantadas pelas propostas de alteração legislativa em apreciação na respetiva comissão.

Uma das questões a debate teve a ver com a forma como as alterações legislativas propostas contribuem ou prejudicam o aprofundamento do sistema binário (Universidades e Politécnicos), a coesão territorial e/ou a ligação das instituições de ensino superior ao tecido social e económico e, ainda, se a preservação de um modelo binário é uma vantagem estratégica ou é irrelevante para o ensino superior no seu conjunto a médio e longo prazo.

Sobre este tema a FNE considerou que a existência de um sistema binário é uma falsa questão. As alterações legislativas propostas, na perspetiva da Federação, contribuem para que exista uma maior igualdade entre as diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), criando oportunidades idênticas para os seus docentes e regiões onde estão implantadas. Daí a FNE considerar o sistema binário uma falsa questão, porque o que existe é uma competição para atrair alunos e financiamento, sendo que ela acaba por ser muito desigual devido ao facto de cada IES possuir diferentes recursos em seu redor.

O sistema binário cria fortes desigualdades entre IES e facilmente se percebe qual das entidades do sistema binário possui mais recursos e menos. Com isso aumentam-se as assimetrias regionais a vários níveis.

A FNE assumiu ainda a ideia de que os doutoramentos deverão ter uma maior ligação à indústria de forma a possibilitar a rápida integração dos doutorandos nas empresas e/ou mercado.

Sobre os impactos que terão as alterações propostas na consolidação de identidades académicas distintas nos dois subsistemas de ensino superior e sobre as ofertas de graus académicos e diplomas ser diferenciadas consoante o subsistema, a FNE sublinhou que as IES devem ter liberdade para, se o entenderem, poderem criar ciclos de estudos que neste momento se inserem nos dois subsistemas. A este nível poderiam ser criados dois subsistemas dentro de cada IES, escolhendo estas os ciclos de estudo que pretenderiam oferecer, situação que na prática já existe em universidades que incorporaram politécnicos. No entanto, essa situação não poderia constituir uma desvantagem para docentes e estudantes pertencentes aos diferentes ciclos de estudos.

Outras questões em debate situaram-se nas vantagens e desvantagens da alteração de designação dos Institutos Politécnicos e se, em cenário de aprovação da alteração de nomenclatura, deve a atribuição da designação de Universidades Politécnicas ser automática para todos os Institutos Politécnicos. A estas questões e neste âmbito, a FNE defendeu que a designação das Universidades deveria ser alterada para Universidades Politécnicas, pois esta seria a possibilidade de identificar estas instituições como tendo uma oferta formativa na área do ensino superior, criando também assim uma maior igualdade de oportunidades para os estudantes e para os profissionais que nela trabalham.

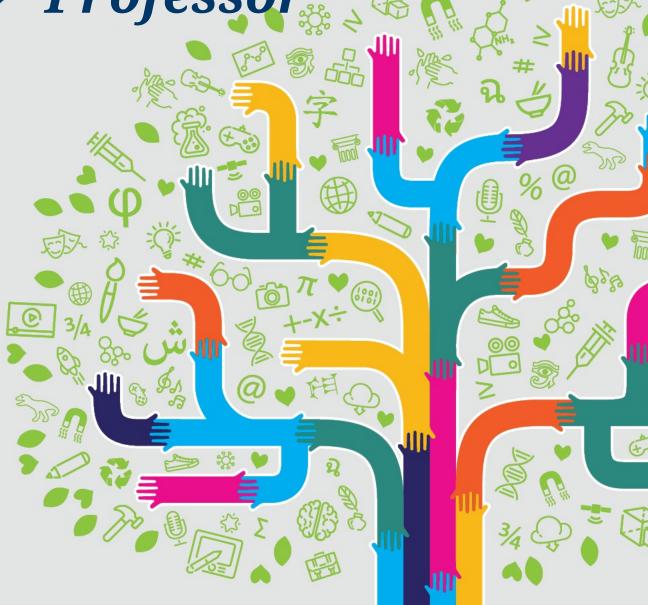
Relativamente à nomenclatura, a FNE afirmou ser contra a existência de, mesmo numa fase transitória, três denominações diferentes para a IES, devendo esta nomenclatura ser aprovada para território nacional e internacional. As alterações das designações das IES e de quem pode lecionar doutoramentos exigirão diversas adaptações legislativas. Por último a FNE defendeu que deve haver uma igualdade de carreiras e remunerações em todas as IES.

OUTUBRO 2022









A Transformação da Educação

Começa com os professores

























O hasteamento da bandeira "Obrigado Professor" em escolas de norte a sul e ilhas, entre os dias 4 e 7 de outubro, um concerto presencial e online via Youtube com Carla Teles, organizado pelo Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN), às 21h00 do dia 4 de outubro e declarações dos Presidentes dos Sindicatos de Docentes da FNE, marcaram as iniciativas que a FNE e os seus sindicatos levaram a cabo nas celebrações do Dia Mundial do Professor de 2022.

Sob o tema "A transformação da Educação começa com os Professores", definido pela Internacional da Educação (IE) em conjunto com a UNESCO, a FNE reforçou, a mensagem de homenagem sobre a importância do reconhecimento pela sociedade do papel fundamental que os professores desempenham, tendo estado sempre presentes e colmatando as enormes insuficiências tantas vezes sublinhadas no sistema de educação e formação, no qual tão pouco se tem investido, ao longo de tantos e tantos anos.

Em várias declarações dos dirigentes máximos dos Sindicatos FNE, assim como na do Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva, os denominadores no discurso foram semelhantes: valorização e reconhecimento da carreira; justa compensação financeira pelo trabalho realizado; e mais investimento do Governo em Educação.

Para o SG da FNE, «a educação tem de ser financiada de forma sustentável. É hora de o Governo se comprometer com o poder transformador da educação pública para cada aluno. É hora de passar das palavras para a ação».

João Dias da Silva apelou ao Governo para que cumpra a sua obrigação de garantir uma educação pública gratuita e de qualidade, para atingirmos o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 das Nações Unidas". O SG da FNE alertou ainda para que "os professores, alunos e comunidades de aprendizagem estejam prontos para construir um futuro mais justo, livre e democrático: «Cabe ao Governo abrir o caminho para esse futuro. O Governo tem de os apoiar».

Carla Teles, professora e fadista, foi a voz deste Dia Mundial do Professor 2022, atuando no Auditório do SPZN para uma audiência esgotada, além dos muitos que acompanharam a transmissão online através das redes sociais.

No Dia Mundial do Professor, a FNE demonstrou mais uma vez que não vai desistir de procurar construir um futuro de valorização para os docentes. E será junto com os professores que o vai fazer. Só juntos será possível criar propostas e atingir objetivos, na defesa das nossas soluções e nas ações que forem necessárias para as alcançarmos.

O Dia Mundial do Professor celebra-se anualmente no dia 5 de outubro. Foi em 1994 que foi decidida pela UNESCO, juntamente com a Internacional da Educação, a celebração do Dia Mundial do Professor a 5 de outubro de cada ano. Esta data foi escolhida e concretizada em 5 de outubro de 1966 para reconhecer a importância da declaração da OIT e da UNESCO sobre a condição dos trabalhadores docentes.

Este dia demonstrou mais uma vez que a FNE não vai desistir de procurar construir um futuro de valorização para os docentes. E será junto com os professores que o iremos fazer.



























A Transformação da Educação

Começa com os professores















FNE PROMOVE CONSULTA NACIONAL SOBRE ABERTURA DO ANO LETIVO 22-23

A FNE promoveu entre os dias 14 e 21 de outubro uma Consulta Nacional online a Docentes dos Ensinos Básico e Secundário de todo o país, para avaliar, de forma detalhada, as condições em que está a decorrer a abertura do presente ano letivo de 2022/2023.

Com os resultados deste questionário, a FNE pretende perceber que problemas afetam as condições de trabalho e o bem-estar dos professores no seu dia-a-dia na vida escolar e reunir os argumentos dos educadores e professores para reforçar os seus alertas junto do Governo, no sentido que este proceda a um sólido investimento numa Educação de qualidade.

Depois da consulta de julho relativa ao balanço do ano letivo 2021/2022, que evidenciou como principais preocupações dos docentes a carga de trabalho administrativo e burocrático, a que se somou a insuficiência de recursos disponibilizados e a falta de respeito pelos limites do tempo de trabalho, a FNE procura agora avaliar o que de positivo e menos positivo está a acontecer na

abertura deste novo ano letivo, que inclui inúmeros e complexos desafios para as escolas e para os profissionais de educação.

Em vésperas da apresentação do OE2023, a FNE relembrou em comunicado enviado às redações que é obrigatório que esse documento garanta que se passe do papel à prática nas escolas, no sentido da melhoria das condições de vida e de trabalho, que permitam aos educadores e professores um bem-estar físico e emocional permanente, indispensável para o sucesso escolar dos nossos alunos.

Para a FNE, este é mais um ano letivo em que se exige empenho, dedicação e profissionalismo aos docentes portugueses, tanto em território nacional como no Ensino Português no Estrangeiro (EPE). E mais uma vez os educadores e professores portugueses estão prontos para garantir um desempenho de grande qualidade, mesmo em ocasiões desafiantes e confrontados com enormes problemas estruturais e insuficiência de recursos no sistema educativo.

Em vésperas da apresentação do 0E2023, a FNE relembrou em comunicado enviado às redações que é obrigatório que esse documento garanta que se passe do papel à prática nas escolas.



PENSAR A EDUCAÇÃO: QUE EXPERIÊNCIAS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS NA ERA DIGITAL?

EVENTO ONLINE
30 DE SETEMBRO E 1 DE OUTUBRO DE 2022







PAULO DIAS, NA EDUSUMMIT 2022: APRENDER EM REDE É O MAIOR DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO DIGITAL





Foi em ambiente híbrido que, nos dias 30 de setembro e um de outubro de 2022, decorreu a segunda edição da EDUsummit, promovida pela Federação Nacional da Educação (FNE), a Universidade Aberta (UAb) e a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET), este ano sob o lema "Pensar a Educação: que experiências, tendências e desafios na Era Digital?".

Depois do sucesso da edição anterior, a EDUsummit 2022 reuniu presencialmente oradores convidados de elevado relevo, ligados a várias áreas e setores da sociedade portuguesa, tais como académicos, investigadores, educadores e professores, diretores, responsáveis por projetos escolares e outros especialistas que, com o seu contributo e a sua reflexão no âmbito da educação, suscitaram um debate alargado a uma multiplicidade de perspetivas.

A sessão de abertura ficou a cargo de João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE, José das Candeias Sales, Vice-Reitor da UAb para o Ensino, Formação e Organização Académica e Pedro Barreiros, Vice-Presidente da AFIET, que saudaram o trabalho de articulação realizado pelas organizações envolvidas, assim como o papel da EDUsummit na promoção no âmbito da formação contínua de docentes.

A EDUsummit 2022 começou com uma Masterclass sobre o tema "O Currículo: tendências e desafios da Era Digital", que contou com o Professor Catedrático José Augusto Pacheco, da Universidade do Minho, como orador principal e Marta Abelha e Ana Patrícia Almeida, da UAb na moderação.

José Augusto Pacheco trouxe à audiência a necessidade de reconfigurar o currículo para a era digital na educação, pois a escola "mesmo na mudança não deixará de se focar na aprendizagem. O ensino é sempre o foco principal". A utilização das tecnologias nas escolas, antes e depois da pandemia deixou uma marca que refletiu a importância do presencial que, "como sabemos, promove a inclusão e a equidade".

O orador analisou depois a revolução do algoritmo no currículo e no modelo educacional, revolução essa que permite regular os modelos educacionais para moldar os alunos a determinada aprendizagem. "Estamos no mundo digital. Mas que conhecimento e aprendizagem está na base deste digital? É preciso criar uma bússola da aprendizagem, que permita ao aluno investigar aquilo que mais precisa e garantir que a qualidade dessa aprendizagem não seja só para alguns".

José Augusto Pacheco enfatizou que devemos procurar uma escola no futuro que não coloque em causa a ideia de mundo e que dê resposta aos problemas locais para os alunos: "Por isso, a escola não pode perder a parte humanista e crítica que possui".

"É preciso criar uma bússola da aprendizagem, que permita ao aluno investigar aquilo que mais precisa e garantir que a aualidade dessa aprendizagem não seja só para alguns".

José Augusto Pacheco

COLOCAR A TECNOLOGIA AO SERVICO DA PEDAGOGIA

O primeiro dia da EDUsummit fechou com a Mesa Redonda "O Desenho do Currículo: experiências em curso nas escolas". Com moderação de José Ricardo Coelho, Vice-Secretário-Geral da FNE, e Joaquim Santos, da AFIET, a primeira intervenção ficou a cargo de Sandra Galante, do Agrupamento de Escolas (AE) de Condeixa-a-Nova, que mostrou como a pandemia obrigou à criação de ambientes mistos, mas que mantêm a escola no papel principal.

O AE de Condeixa, com 12 escolas e mais de 1900 alunos, oferece na procura por esse equilíbrio "oficinas de capacitação digital e mais oferta formativa. Procuramos obter resultados, dados com que fazemos a capacitação e alteramos a perceção da aula normal. A aula pode ser virtual, digital, mas até no físico podemos usar o digital". A docente defendeu ainda que "os alunos têm de ser ativados cognitivamente e aí deixam de ser leitores para serem criadores de conteúdos".

A palavra passou para João Paulo Leonardo, Diretor do AE Passos Manuel, em Lisboa, que mostrou às centenas de participantes que acompanhavam online o que tinha sido realizado na sua escola a nível de digital. João Paulo Leonardo referiu de que forma têm dado seguimento à estratégia digital, os pontos positivos, mas também as dificuldades. A inclusão, a autonomia do currículo, que seguem uma estratégia nacional para a cidadania e avaliação pedagógica dos alunos são passos dados atualmente, mas "a pandemia, as dificuldades económicas, o isolamento físico, as

assimetrias no acesso ao digital, a guerra são problemas com muitos".

Para o Diretor do AE Passos Manuel, "precisamos de infraestruturas preparadas para a era digital, velocidade de internet adaptada e criar academias digitais". Como positivo no pós-covid recordou "as reuniões virtuais, o uso de plataformas várias para trabalhos, mais formação de professores e maior partilha de conteúdos para suporte de aulas", destacando o projeto UBBU de programação computacional em crianças do 1º ciclo.

Idalina Lourido Santos, do CFAE Aurélio da Paz Reis – Gaia Sul e Espinho fechou o primeiro dia da EDUsummit. A oradora deixou na sua apresentação uma ideia incontornável e partilhada em todo o evento: "a sociedade digital é algo incontornável". De seguida, apresentou os passos e resultados de um "questionário selfie" sobre a escola, respondido por vários elementos do ambiente escolar, em anonimato. A análise de dados dos resultados, junto de equipas das escolas, permitiu ao Plano de Ação de Desenvolvimento Digital da Escola (PADDE) criar uma impressão digital de cada escola.

O PADDE serve para dar voz a todos os intervenientes e possui equipas de implementação que vão às escolas para ouvir os problemas e desafios. Idalina Santos reforçou que "estamos numa fase em que temos a oportunidade de aproveitar o melhor de cada um no presencial e no digital. Mas é preciso mais formação, algo que temos desenvolvido com muitos apoios". No momento em que estamos o mais importante é "colocarmos a tecnologia ao serviço da pedagogia".



"os alunos têm de ser ativados cognitiva-mente e aí deixam de ser leitores para serem criadores de conteúdos".

Sandra Galante





UM DIGITAL AMIGO DA CRIANÇA

No sábado de um de outubro, a EDUsummit abriu com a Masterclass "Digitalização da Escola: tensões e desafios", cabendo a Isabel Fialho, da Universidade de Évora, a apresentação de um plano de ação para a transição digital: "Demos conta da existência de falta de competências, de pouca formação, de alguma resistência, mas também de equipamentos insuficientes e um mau acesso à internet".

A COVID-19 acelerou o processo de implementação de um projeto de uma plataforma digital na gestão educacional dos AE em Évora. Isabel Fialho referiu que "os objetivos são identificar como são usadas as plataformas digitais, mapear os efeitos na dinâmica de funcionamento nas escolas e criar um guião de funcionamento". Os resultados desta busca demonstraram que existem dificuldades dos professores, tanto ao nível de docentes, como de liderança de escola, na utilização de algumas plataformas.

Mas permitiu também concluir que 94,5% dos professores utilizam as tecnologias mais do que habitualmente. "O desafio é motivar e capacitar os docentes a melhorar as competências digitais. Depois é preciso saber utilizar essas competências nas aulas, com um trabalho colaborativo quase obrigatório". Para Isabel Fialho, é preciso dar o melhor uso às ferramentas, pois os dados indicam que existem 50 mil alunos sem acesso à

internet em casa. Há ainda um risco de plataformização e burocratização das escolas, que leva a um cansaço extra. Susana Henriques e Cláudia Neves, ambas da UAb, moderaram esta mesa redonda.

Seguiu-se a apresentação do projeto "A escola amiga da criança", por Jorge Ascensão, Membro do Conselho Nacional de Educação, e a professora Raquel Azevedo, do AE Camilo Castelo Branco, de Vila Nova de Famalicão, que assumiram que este projeto já não é apenas da CONFAP, da Leya e de Eduardo Sá. Com esta ideia pretendemos demonstrar que as escolas não são rankings. As escolas são oportunidades e o caminho de cada um é crescermos com partilha.

Jorge Ascenção, ex- Presidente da CONFAP, declarou que este projeto "serve para que as escolas desenvolvam boas práticas e não vivam apenas de notas. É preciso dar tempo às crianças para brincarem. Por isso, este é um projeto com as escolas e não para as escolas". "A escola amiga da criança" demonstra o bom trabalho feito nas escolas portuguesas e como estas devem ser um complemento eficaz da família. Os seus propósitos englobam a motivação para o digital e uma preocupação clara com a sustentabilidade. A apresentação deste projeto contou com a moderação do psicólogo Eduardo Sá, da Universidade de Coimbra e ISPA e ainda de Fernando Caetano, da UAb.

"O desafio é motivar e capacitar os docentes a melhorar as competências digitais. Depois é preciso saber utilizar essas competências nas aulas, com um trabalho colaborativo quase obrigatório".

Isabel Fialho



É UM ERRO MASSIFICAR

A reta final da EDUsummit 2022 contou com mais uma mesa redonda, desta feita dedicada ao tema crucial da "Inovação em contextos educativos". Este espaço interventivo ofereceu aos participantes a apresentação de três projetos diferentes. O primeiro com Paula Lopes, da Universidade Autónoma de Lisboa, a ter as honras de abertura da mesa com o Projeto PICCLE (Plano de Intervenção Cidadãos Competentes em Leitura e Escrita), fruto do Plano Nacional de Leitura (PNL2027), e financiado pelo Programa Operacional Capital Humano (POCH), que tem como principal finalidade disponibilizar um conjunto de meios de informação e comunicação sobre a leitura, a escrita e as literacias em ambiente digital.

O PICCLE visa facilitar a sua integração nos processos de ensino e aprendizagem dos alunos do 3.º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, com "funcionalidades que os professores podem usar nas aulas, tendo em conta o perfil e estratégia para a cidadania". O PICCLE apresenta ainda como objetivo primordial garantir uma literacia digital aos alunos e professores, através de especialistas de várias áreas. Paula Lopes recordou que "este projeto foi avaliado por mais de 300 escolas e mais de mil professores, que nos permitiram criar estudos com ligação à parte académica e perceber quais as plataformas que os professores mais usam e como as usam".

De seguida, Carlos Almeida apresentou o "Projeto Novos Tempos / Aprender (C.M. Almada)", que pretende mudar práticas nas escolas, mas mantendo o respeito pela identidade de cada uma. O objetivo passa por "melhorar os resultados de todos, assumir uma maior inclusão e mudar práticas pedagógicas na sala de aula. Além disso temos também ideias com nova organização do tempo escolar e nova dinâmica de avaliação da aprendizagem".

Criado e implementado em 2019, o projeto vê agora os primeiros resultados, não esquecendo outros objetivos que passam pelo desenvolvimento profissional, do trabalho colaborativo entre colegas docentes de várias escolas dos AE de Almada, mas acima de tudo ouvir a voz de alunos, docentes e pais. Após a avaliação destes três anos, ficou definido que um dos fatores a desenvolver no futuro passa pela aposta na multiculturalidade, promovendo um bem-estar integrado.

Marco Bento, Professor na ESE de Coimbra, trouxe à EDUsummit o "Projeto Super Tabi" nas escolas do concelho da Maia, de que é coordenador. Pegando no papel da pedagogia interligada com a integração tecnológica, Marco Bento começou por deixar o recado de que: "há mais de um século que se fala em mudar a escola e nunca se esteve tão próximo disso. Não basta usar as tecnologias. Tem de haver equilíbrio entre presencial e digital e o papel do professor faz toda a diferença".

Seguindo no tema da integração tecnológica, Marco Bento foi ao encontro de outras questões que atormentam o futuro da educação como as questões relacionadas com o envelhecimento dos professores e a necessidade de envolver os docentes nesta integração, acrescentando um dado curioso: "os professores com mais idade são aqueles que mais usam a tecnologia".

Para se alcançar uma integração maior, a sala de aula tem de permitir vários ambientes e há que se adaptar os processos de avaliação. Sobretudo ouvindo quem está no terreno. Para Marco Bento é um erro massificar. Os alunos têm cada vez mais de se preparar para várias profissões e isso passa também por uma maior participação das famílias. Susana Henriques (UAb) e Rui Maia (FNE), foram os moderadores desta mesa redonda.

Os alunos têm cada vez mais de se preparar para várias profissões e isso passa também por uma maior participação das famílias.

Marco Bento







INCLUIR O MODELO DIGITAL NO PRESENCIAL

A última masterclass da EDUsummit centrou-se nos "Desafios da Educação na Transição Digital" e teve no Professor Paulo Dias, antigo reitor da UAb, o orador convidado. "Aprender em rede é o maior desafio para a educação digital. E a pandemia trouxe a construção de muitas redes que criaram novos desafios na educação". Depois há que personalizar a educação em rede. Como?: "através do acolhimento na comunidade, da criação e inovação e da criação de ambientes emergentes que vão promover a mudança.

Paulo Dias recordou que 60% das crianças de hoje vão trabalhar em profissões que ainda nem existem". Por isso, "são precisos novos contextos orientados para aprender a responder a problemas", o que pode passar por contributos em rede de uma identidade partilhada, na busca de soluções. Neste ponto, "há vários erros que se cometem. As universidades, por exemplo, fecham-se em si mesmas. É preciso mudar isso e precisamos incluir o modelo digital no presencial. Essa deve ser uma nova normalidade".

Paulo Dias considerou ainda que "temos de criar proximidade virtual. A mudança tem início na forma como acolhemos os participantes na nossa rede. Com interação desenvolvo redes de aprendizagens. E alcançamos a soberania do conhecimento que apenas se atinge com a globalização". Ao fechar a sua intervenção, o ex-Reitor da UAb sublinhou que "a escola e o currículo têm de se ir adaptando, com flexibilidade. E com formação, pois sem ela seremos ignorantes. É pegar nos dados e transformá-los em conhecimento".

O encerramento deste evento coube ao professor Luís Alberto Marques Alves (Universidade do Porto), que apresentou, tal como na primeira edição, com brilhantismo, as conclusões desta segunda edição da EDUsummit. Mereceram destaque na sua análise as grandes questões levantadas ao longo das cerca de 15 horas de debates e apresentações, resumidas no tema integrador da EDUsummit "Pensar a Educação: que experiências, tendências e desafios na Era Digital?", fortemente reconhecidas pelos participantes no Bate-Papo da plataforma.

O professor inscreveu as suas conclusões em três níveis da "arqueologia do saber: um espaço macro, meso e micro educativo, percorrendo, com mestria, as questões relacionadas com o Currículo e desenho curricular, a digitalização da escola ou a literacia digital e, finalmente, os projetos desenvolvidos e concretizados em contexto escolar. Acompanharam-no na mesa Ana Patrícia Almeida, da Universidade Aberta, e Joaquim Santos, da AFIET.

João Dias da Silva, José das Candeias Sales e Pedro Barreiros encerraram o evento, em nome de toda a organização.

Fotos: Catarina Moscoso - SPZN

"Aprender em rede é o maior desafio para a educação digital. E a pandemia trouxe a construção de muitas redes que criaram novos desafios na educação".

Paulo Dias



2 RE 2022

Por um ORÇAMENTO DE ESTADO que valorize Educadores e Professores



















FNE AVANÇA COM PRÉ-AVISO DE GREVE PARA O DIA 2 DE NOVEMBRO

A FNE avançoiu com um Pré-Aviso de Greve para o dia 2 de novembro de 2022, data em que o Ministro da Educação estará na Assembleia da República a defender o seu Orçamento de Estado 2023 (OE2023) que, para a FNE, mais uma vez ignora a realidade, prosseguindo uma política de falta de investimento, sem soluções para os principais problemas que afetam o sistema educativo e os seus profissionais.

Esta será apenas uma das formas de insatisfação demonstradas pelos Docentes ligados a Sindicatos da FNE, em protesto por um Orçamento de Estado que valorize os profissionais da Educação. A FNE contará ainda com outras iniciativas organizadas a nível regional, que serão oportunamente divulgadas.

A FNE considera incontornável a concretização de objetivos como a valorização da Educação e de todos os seus profissionais, através da atribuição em sede de Orçamento de Estado para 2023 dos meios que permitam levar por diante todo o investimento necessário para garantir a mais elevada qualidade para a nossa educação pública

E são ainda cada vez mais urgentes medidas que tornem a carreira docente atrativa, tanto em apoios à mobilidade, como de combate ao envelhecimento, e da promoção do rejuvenescimento de educadores e professores, assim como uma atualização salarial que mitigue os efeitos da alta inflação, a conclusão do processo de recuperação do tempo congelado e a substituição do atual modelo de avaliação de desempenho, injusto, cego e meramente administrativo, eliminando-se nomeadamente o regime de vagas no acesso aos 5º e 7º escalões.

São também urgentes estímulos eficazes, capazes de atrair professores para zonas desfavorecidas ou com manifesta falta de docentes e a garantia de respeito pelos limites do tempo de trabalho, através de uma nova formulação para a composição do tempo de trabalho dos docentes, clarificando o conteúdo da componente letiva, da componente não letiva e da componente individual de trabalho.

O fim da precariedade e da instabilidade, através do crescimento das vagas de quadro das escolas, tornando-as mais ajustadas com as efetivas necessidades, e a definição de um novo regime específico de mobilidade por doença são outros objetivos que ficam por cumprir neste OE2023 assim como a ausência de igualdade dos professores do EPE com os professores em Portugal nos processos concursais e a determinação de que os vencimentos dos docentes do EPE de todos os países, dentro e fora da zona euro, sejam pagos exclusivamente nos países onde os mesmos exercem, livres de encargos cambiais.

Por todas estas razões, a FNE avançou com o Pré-Aviso a convocar uma greve nacional de Docentes em funções públicas, representados pelos seus sindicatos, a realizar entre as zero horas e as 24 horas de 2 novembro de 2022.

Ainda no quadro da apreciação deste OE2023, a FNE já reuniu com alguns Grupos Parlamentares, com assento na Assembleia da República, de forma a apresentar as suas preocupações e soluções para as insuficiências do OE para 2023.

O 0E2023 mais uma vez ignora a realidade. com falta investimento e sem soluções para os problemas que afetam o sistema educativo e os seus profissionais.





JOSÉ RICARDO COELHO: "SEM SINDICATOS FORTES NÃO HÁ FUTURO"

Na segunda parte da entrevista, José Ricardo Coelho, Vice-Secretário-Geral da FNE e Presidente do SPZC, recorda a negociação difícil do ECD, a importância da negociação coletiva para os trabalhadores e remata que uma sociedade sem sindicatos fortes é "uma sociedade que se condena a si própria, sem futuro".



JF - A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DE PROFESSORES (FNSP), MAIS TARDE FNE, VEIO INSTITUCIONALIZAR A CISÃO ENTRE UM SINDICALISMO DEMOCRÁTICO E UMA TENDÊNCIA UNITÁRIA DE ESQUERDA, INTIMAMENTE LIGADA AO PCP. FOI FÁCIL CONGREGAR A TENDÊNCIA SINDICAL LIVRE E DEMOCRÁTICA?

JRC - A FNSP nasce precisamente com uma forte inspiração no sindicalismo reformista e democrático, com o SPZN a liderar o processo, em grande sintonia com a direção do SPZC. Ao tempo, apenas o SPGL ficou de fora, pois era o sindicato liderado pela tendência comunista e que entendeu não fazer parte do projeto federativo em fase de embrião. Com o SPGL fora deste projeto ficou cada vez mais clara a organização de duas correntes sindicais: uma consubstanciada pelo SPZN e pelo SPZC, a que se juntou logo de seguida o SINDLEP (Sindicato do Delegados e Subdelegados Escolares) e um pouco mais tarde o SDP Sul que nasceu em Évora e com influência no Alentejo e Algarve, e uma segunda corrente sindical aglutinando uma esquerda pró-comunista e correntes revolucionárias de esquerda.

Congregar forças que têm em comum uma perspetiva já formada do sindicalismo livre e de cariz mais reformista foi um ponto de partida importante. Esta fase embrionária da FNSP/FNE mobilizou, com muito entusiasmo, os sindicatos que nela se envolveram. No entanto, levou algum tempo para que este projeto sindical se consolidação de uma estrutura federativa haja problemas, que acrescem quando o seu funcionamento e a tomada de decisão obedecem a regras democráticas, de respeito pela liberdade de expressão, liberdade de pensamento, de total transparência das decisões e de total independência dos partidos políticos.

Não escondo que paralelamente houve problemas relacionados com aspirações de poder e de

liderança da FNSP que, no entanto, foram sendo ultrapassados com o processo de amadurecimento da própria federação e amadurecimento político dos próprios dirigentes sindicais. E foi este processo de crescimento e amadurecimento que fez da FNE uma federação sindical com um pensamento próprio e estruturado sobre a Educação e sobre o Sistema Educativo.

Isso permitiu-lhe ser uma organização que pautou sempre a sua ação com uma boa dose de bom senso e moderação, estruturando sempre as suas posições em defesa dos professores e dos profissionais da educação, com o distanciamento necessário de posições de pendor mais corporativista destas classes de trabalhadores que representa, inserindo as suas posições numa visão mais larga, que tivesse em linha de conta os interesses da educação e os do país.

JF - COMO SE RELACIONAVAM OS DIFERENTES SINDICATOS DA FNSP E DEPOIS DA FNE?

JRC - Os sindicatos continuaram o seu caminho com as suas próprias identidades, dentro de cada uma das suas geografias de influência, mas com um grande sentido de responsabilidade em aprofundar o projeto federativo da FNSP/FNE.

JF - EM QUE ANO É QUE O SPZC SE JUNTOU À FNSP?

JRC - O SPZC foi um parceiro ativo, juntamente com o SPZN, na formação da FNSP/FNE. Tanto o SPZN como o SPZC tinham um pensamento claro e estruturado sobre a necessidade de se criar uma federação nacional de professores, para defesa dos educadores e professores e de um projeto de educação para o país. E, hoje, sentimo-nos, no essencial, uma parte ativa da construção de um projeto de educação para o país e que se arquitetou de forma consistente, com a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 e que se foi aprofundando posteriormente.

"A FNSP nasce precisamente com uma forte inspiração no sindicalismo reformista e democrático, com o SPZN a liderar o processo, em grande sintonia com a direcão do SPZC".

JF - EM 1990 ASSINOU-SE O ACORDO PELO ECD. **QUEM ESTEVE CONTRA O ECD?**

JRC - A FNE foi a única organização empenhada numa negociação construtiva do ECD. Tínhamos a consciência que ter um ECD era fundamental para o futuro da profissão docente e da sua dignificação. Mais nenhuma organização sindical assinou o acordo final do ECD. Se os educadores e professores têm hoje um Estatuto de Carreira e uma estrutura de carreira única, que valoriza cada um dos docentes de forma idêntica, independentemente, do setor de ensino em que esteja a exercer as suas funções, deve-se única e exclusivamente à FNE.

Não escondo a existência de um, ou outro, descontentamento sobre o desenho de uma carreira única, como também não escondo que a definição de um modelo de avaliação de desempenho para os educadores e professores tenha gerado reações negativas. Creio que o resultado final do ECD foi positivo e trouxe aos professores uma maior estabilidade no que diz respeito ao seu percurso profissional. Claro que hoje há um descontentamento generalizado, pelos constrangimentos introduzidos à progressão na carreira docente, pela mão do Governo de Sócrates e pela Ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues. Porém, recordo, que estas alterações foram introduzidas unilateralmente pelo Governo, de forma autoritária e arrogante sem qualquer acordo e com uma forte contestação dos professores.

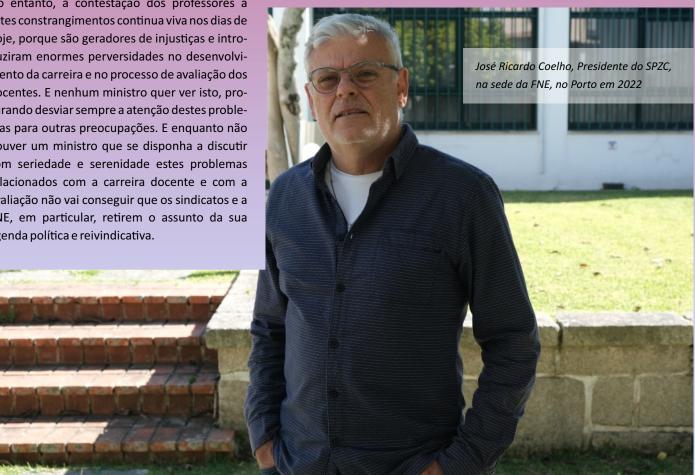
No entanto, a contestação dos professores a estes constrangimentos continua viva nos dias de hoje, porque são geradores de injustiças e introduziram enormes perversidades no desenvolvimento da carreira e no processo de avaliação dos docentes. E nenhum ministro quer ver isto, procurando desviar sempre a atenção destes problemas para outras preocupações. E enquanto não houver um ministro que se disponha a discutir com seriedade e serenidade estes problemas relacionados com a carreira docente e com a avaliação não vai conseguir que os sindicatos e a FNE, em particular, retirem o assunto da sua agenda política e reivindicativa.

JF - QUAL FOI O SEU MAIOR MOMENTO COMO **VICE-SECRETÁRIO-GERAL DA FNE?**

JRC - Claramente, o Acordo sobre o ECD. Foi uma negociação muito difícil, com reuniões negociais de dias e noites inteiras, muito prolongada no tempo, mas com um final que valeu a pena o esforço. Um esforço para corresponder a um dos grandes anseios da classe docente, que era o de ver consagrado um Estatuto específico para a sua carreira profissional. No entanto, para além de ter sido uma das vitórias mais importantes da FNE e para os educadores e professores, o ECD foi um momento histórico de reflexão, de debate e participação dos docentes na construção do Estatuto.

E digo que foi um momento histórico porque a sua discussão, o debate e a negociação com o Governo colocou uma maior clarividência dos projetos sindicais que estavam em debate e que se espelhavam nas propostas das duas federações representativas dos professores, a FNE e a Fenprof. A FNE foi clara nas propostas que desenvolveu, e que discutiu de forma aberta com os seus associados e com todos os docentes de um modo geral, de norte a sul do país, defendendo um paradigma de Estatuto e de Carreira que refletisse os altos padrões de exigência da profissão, permitindo com isto um maior reconhecimento político e social dos professores, e tínhamos a convicção de que estes fatores nos conduziriam a uma carreira mais reconhecida, mais valorizada e mais bem remunerada.

"Tive a sorte de ter comigo um corpo de dirigentes que se comprometeu de uma forma responsável neste esforço e que permitiu estabelecer bases muito sólidas de entreajuda".





NEGOCIAR É SEMPRE DIFÍCIL

JF - ESTEVE DESDE SEMPRE MUITO LIGADO À UGT, QUER NO ÂMBITO DO SPZC, QUER NO DA FNE. COMO VÊ HOJE A INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO CARTA ABERTA, EMBRIÃO DA UGT, NO SINDICALISMO PORTUGUÊS?

JRC - Desde muito cedo integrei os órgãos nacionais da UGT, integrando mesmo o Executivo entre 2013 e 2022. O Movimento da Carta Aberta e embrião da UGT foi um momento político crucial de libertação dos trabalhadores que lutavam pela democracia plural, baseada nos direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana, mas sobretudo foi um momento sindical histórico de emancipação dos trabalhadores que contestavam e se opuseram à Lei da Unicidade Sindical, decretada pelo Conselho da Revolução, nas vésperas do 1º de Maio de 1975. O movimento da Carta Aberta, que congregou um vasto conjunto de sindicalistas, contestava as pretensões da Intersindical de representar de forma exclusiva os trabalhadores portugueses, defendendo os princípios da liberdade sindical, tal como esta era proclamada nas convenções da OIT, bem como o pluralismo sindical e o direito de tendência.

Foi este Movimento da Carta Aberta que abriu caminho ao pluralismo sindical, enriquecendo o movimento sindical português permitindo que os trabalhadores rompessem com o pensamento único ditado pela Lei da Unicidade Sindical e que reconhecia apenas a Intersindical como única organização sindical representativa dos sindicatos e dos trabalhadores. O nascimento da UGT representa, para mim, um hino à liberdade dos trabalhadores e à sua liberdade de pensamento e de decisão. No fundo foi um hino à defesa da democracia.

JF - QUE APRECIAÇÃO FAZ DO PAPEL DA UGT NA ÁREA DA EDUCAÇÃO?

JRC - A UGT não é uma central que faz negociação coletiva. O papel da negociação coletiva é atribuída aos sindicatos. Não quero com isto dizer que a UGT não tenha um pensamento sobre

a Educação, que é construído na base da participação dos seus sindicatos filiados da área da educação com uma grande participação e influência da FNE. No entanto, a UGT tem tido um papel importante no apoio aos seus sindicatos filiados nos processos de negociação coletiva, quer do setor público, quer do setor privado, intervindo sempre que os sindicatos solicitem essa intervenção. A história diz-nos o quanto foi determinante a voz, o peso e a presença da UGT para o sucesso de alguns processos negociais que a FNE levou e desenvolveu com o Ministério da Educação. Sublinho que em muitos momentos a UGT esteve presente ao lado da FNE, quer em mesas negociais, quer em ações de protesto e de luta desenvolvidas na rua.

JF - DESEMPENHA HÁ VÁRIOS ANOS O PAPEL DE LÍDER NEGOCIAL DA FNE E DA FRENTE NEGOCIAL DA UGT NOS SETORES PRIVADO E SOCIAL. EM QUE SETOR É MAIS FÁCIL E MAIS DIFÍCIL NEGOCIAR?

JRC - Em nenhum setor é fácil negociar. E não é fácil porque num processo negocial estão em presença duas forças, a sindical e a patronal, em que muitos dos objetivos, inerentes a cada uma das partes, são antagónicos nos momentos de partida. Isto só por si mesmo torna qualquer processo negocial um processo difícil. E mais difícil se torna quando uma das partes se senta com um propósito permanente de fazer abortar o caminho de uma negociação séria, construtiva e de compromisso final, adotando uma postura de imposição das suas propostas.

Ambas as partes, trabalhadores e patrões, sabem que uma negociação para ser séria, construtiva e bem sucedida, a contento das partes envolvidas, não é possível de realizar se o caminho a trilhar for o da imposição das posições e das propostas de uma das partes sobre a outra. Os líderes sindicais que acham que defender os seus associados e representados deve ser feito através da luta unilateral dos seus objetivos vão inevitavelmente cair no insucesso negocial e acabam, quase sempre, por perder tudo o que tinham na sua carteira de reivindicações.

"O Movimento da Carta
Aberta,
embrião da
UGT, foi um
momento
político
crucial de
libertação
dos trabalhadores
que lutavam
pela democracia plural".

PROFESSORES E FORMADORES NO MESMO CONTRATO

E se no setor público o insucesso negocial acaba quase sempre por uma solução imposta pelo Governo ou de um ministro, no setor privado o insucesso negocial leva-nos a um impasse que nos pode conduzir à caducidade de uma convenção coletiva de trabalho. Ora isto constitui uma perda brutal para os trabalhadores e para os associados de um sindicato, é um capital de conquistas feitas durantes muitos anos que se perdem. Os trabalhadores que ficarem sem a cobertura de uma convenção coletiva de trabalho ficam desprotegidos profissionalmente, e só podem contar com um conjunto de generalidades, no âmbito do Código do Trabalho. Quem me conhece sabe que a liderança que tenho desenvolvido nos processos negociais do setor privado e do setor social, numa frente de sindicatos da UGT, é levar ao limite uma negociação por acordo ou por compromissos bilaterais.

Os líderes negociais têm de ter sempre presente três princípios quando partem para um processo negocial: o primeiro é o de construir, fundamentadamente, as propostas que leva e apresentálas com objetividade, demonstrando segurança na sua defesa; o segundo princípio é o de estabelecer uma relação de confiança diante dos atores e protagonistas envolvidos na negociação, ou seja, a outra parte tem que sentir que pode confiar na pessoa e na equipa que representa o lado contrário e assim permitir uma maior abertura para o diálogo e para a construção bipartida de soluções sobre os assuntos que estão em causa; o terceiro princípio é o de ter sempre presente que só há acordo se as partes envolvidas estiverem confortáveis com o equilíbrio conseguido entre as conquistas alcançadas e as cedências que foram feitas.

Terminada uma negociação há um outro trabalho a fazer, tão importante quanto o trabalho que se teve na construção de um acordo e que é o de informar e esclarecer o melhor possível todos os aspetos do acordo e a fundamentação das soluções encontradas. Este é um trabalho também ele difícil porque, na maioria das vezes, durante os processos negociais há ruídos de informação e contra informação que se estabelecem nos locais de trabalho e proliferam pelas redes sociais e que minam o resultado de uma negociação. Ora, é preciso fazer uma reconstrução da negociação e do acordo para eliminar as perceções negativas que possam, entretanto, estar a minar a confiança dos associados e dos trabalhadores em relação ao sindicato.

JF - UM DOS GRANDES MARCOS NEGOCIAIS DA FNE É O CCT COM A CNEF, DE 2017, ENVOLVENDO OS TRABALHADORES DO ENSINO PARTICULAR E AS ESCOLAS PROFISSIONAIS. QUAIS FORAM OS MAIORES OBSTÁCULOS À ASSINATURA DESTE ACORDO?

JRC - O grande obstáculo que se colocou foi o de conseguir acomodar, pela primeira vez, dentro do mesmo contrato coletivo os professores e formadores das escolas profissionais. Primeiro, conseguir que estes professores e formadores das escolas profissionais fossem regulados pela convenção coletiva foi um trabalho sindical que levou anos e anos de persistência junto da associação patronal que as representa, a ANESPO.

Só depois de se constituir a CNEF, confederação que congregou as duas grandes associações patronais da educação (AEEP e ANESPO) foi possível dar passos mais sólidos para a integração daqueles docentes no contrato coletivo único. Como é sabido, estes docentes das escolas profissionais estavam com as suas condições de trabalho completamente desreguladas, e este passo que a FNE deu veio colocar um ponto final nesta desregulação.

Em 2017, não foi possível enquadrar estes docentes numa mesma carreira dos docentes do ensino particular e cooperativo por razões que se prendem com o tipo de financiamento que as distingue. No que no diz respeito às escolas profissionais, estas estão fortemente dependentes do financiamento do Ministério da Educação e das suas regras, o que condicionou, num primeiro momento, o enquadramento destes professores na carreira única de docentes. O segundo obstáculo teve que ver com o limite máximo de horas letivas a estabelecer anualmente para os docentes do ensino profissional, uma matéria que gerou dificuldades pelo que terá de haver, no futuro, uma alteração que regule melhor aquele limite.

VALORIZAR O SOCIAL PRIVADO E O SOCIAL

JF - O CCT COM A CNEF FOI REVISTO ESTE ANO COM ALGUMAS CLAUSULAS INOVADORAS. QUE ASPETOS MAIS DESTACA NESTA ÚLTIMA REVISÃO?

JRC - Nesta última revisão referente ao ano de 2022 foi possível enquadrar em definitivo os professores e formadores com qualificação profissional para as áreas que lecionam, numa carreira única de docentes sem distinção entre particular e cooperativo e profissional. Ainda não foi possível fazer o enquadramento de todos os professores em função do tempo de serviço

«Terminada uma negociação há um outro trabalho a fazer, tão importante quanto o trabalho que se teve na construcão de um acordo, e que é o de informar e esclarecer o melhor possível todos os aspetos do acordo e a fundamentacão das soluções encontradas».

prestado antes de 2017. No entanto, temos a convicção de que este objetivo será conseguido com a consciência de que as conquistas são feitas por passos, umas vezes maiores, outras vezes menores, mantendo sempre no horizonte o objetivo que se pretende. É claro que a FNE não desistirá de continuar a lutar pela contagem integral do tempo de serviço dos professores do ensino profissional, para efeitos de reposicionamento, no nível de carreira correspondente.

Ao nível dos trabalhadores não docentes foi possível continuar a valorizar as suas carreiras que estão enquadradas em função de quatro categorias funcionais e com progressões dentro das suas categorias, em função da antiguidade e da avaliação de desempenho.

JF - QUAL É O ESTADO DE SÍTIO DAS NEGOCIAÇÕES ATUAIS COM A CNIS E A UNIÃO DAS MUTUALIDADES?

JRC - Quanto às negociações com a CNIS foram encerradas com um acordo que foi assinado este mês. Tenho consciência que não foi o melhor acordo, mas foi o acordo possível dentro das limitações financeiras estabelecidas no quadro dos últimos acordos de cooperação que o Governo estabeleceu com o setor social. A dependência financeira do setor social perante o Estado dificulta em muito a negociação coletiva, uma vez que não está nas mãos das instituições do setor social a garantia de ter mais ou menos recursos financeiros para o trabalho social e de solidariedade que desenvolvem. Quanto às negociações com a União das Mutualidades Portuguesas iremos iniciar em breve um novo processo de revisão do contrato coletivo de trabalho e respetivas carreiras e remunerações.

JF - QUE ASPETOS MAIS DESTACARIA NA IMPORTÂNCIA DAS CONVENÇÕES COLETIVAS PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E QUAIS AS MAIORES VANTAGENS DE SER-SE SINDICALIZADO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO?

JRC - Há novos passos que têm de ser dados na contratação coletiva do setor privado da educação e do setor social. É evidente que as remunerações e o desenvolvimento das carreiras dos profissionais destes setores continuarão a ser uma das matérias mais importantes da negociação coletiva. No entanto, temos vindo a insistir na necessidade de introduzir novos temas na negociação coletiva, nomeadamente ao nível da complementaridade da assistência na saúde e das pensões de reforma aos trabalhadores destes setores, no apoio complementar à educação dos filhos e em muitas outras dimensões que

permitam melhorar não só as suas condições de vida, como também aprofundar medidas que permitam uma melhor conciliação da vida pessoal com a vida profissional.

Quanto às vantagens de ser-se sindicalizado é evidente que são todas, para qualquer trabalhador, a começar logo pela proteção jurídica e até judicial que os sindicatos lhe dão relativamente aos direitos nas relações de trabalho. Outra vantagem importante é ter o direito a um interlocutor para negociar permanentemente as suas condições de trabalho com o seu empregador, não tendo de despender de energias físicas e psicológicas para realizar essa tarefa, que é sempre um momento de angústia e de tensão.

O sindicato tem muito mais força para resolver eventuais conflitos entre o trabalhador e o empregador. O sindicato, como força de um coletivo de trabalhadores sindicalizados que representa, tem muito mais poder negocial do que o trabalhador por si, individualmente. E se nos voltarmos para o contrato coletivo do ensino particular e profissional conseguimos na negociação obter para os sindicalizados mais benefícios e vantagens em relação a quem não é sindicalizado.

Os não sindicalizados podem decidir fazer a adesão a uma convenção coletiva, mas podem ser exigidas obrigações a estes trabalhadores para usufruírem dos direitos da convenção coletiva. E depois há todo um conjunto de serviços que os sindicatos disponibilizam e que são exclusivos para os associados.

SINDICATOS FORTES, SOCIEDADES MAIS DIGNAS

JF - QUAL É O PAPEL DOS SINDICATOS DA FNE NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

JRC - A promoção da educação ambiental é um novo capítulo na ação que a FNE começou a desenvolver e que pretende aprofundar, em estreita articulação com a sua associada AFIET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho), com a Internacional da Educação (IE) e o Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE). A escola, os educadores, os professores e todo o pessoal de apoio educativo são peças fundamentais para o aprofundamento de uma consciência cívica em torno dos problemas ambientais e para o problema das alterações climáticas. E neste sentido, a FNE e a AFIET entenderam contribuir com iniciativas que envolvam, escolas, alunos, docentes e não docentes, ampliando o tom para a necessidade imperativa de coletivamente se agir em defesa do ambiente e do nosso Planeta Terra.

"acredito poder conciliar um Contrato Coletivo de Trabalho para todo um setor de atividade. com um Acordo Coletivo de Trabalho destinado aos trabalhadores de um determinado conjunto de empresas.".

JF - A FNE LEVOU A CABO, NESTE MÊS DE SETEMBRO, UMA AÇÃO SINDICAL RELACIONADA COMALIMPEZA DE UMA PRAIA, NA ERICEIRA. QUE BALANÇO FAZ DESSA INICIATIVA?

JRC - O balanço foi muito positivo, mas, mais do que o empenhamento de todos os que se envolveram nesta iniciativa em concreto foi a mensagem que quisemos dar para fora das nossas fronteiras de ação. Quisemos lançar um apelo para a necessidade de agirmos de forma coletiva em defesa de um bem comum, a defesa do ambiente.

JF - COMO VÊ A EDUCAÇÃO NOS PRÓXIMOS ANOS?

JRC - A Educação em Portugal precisa de um pacto suficientemente alargado e urgente, que rompa com ciclos de experimentalismo, um pouco ao sabor dos ciclos governativos. E quando se trata de políticas educativas as coisas estão continuamente a mudar, com alterações da legislação, do currículo ou de método. Estas mudanças repentinas que têm sido feitas pelo Ministério da Educação ao longo dos anos causam instabilidade nas escolas, causam desgaste e desconforto aos professores e muitas das vezes fica a interrogação da consistência das mudanças e se estas possibilitam melhores perspetivas de emprego, de vida às gerações futuras e se têm impacto para construir uma sociedade mais livre, mais igualitária e capaz de beneficiar aqueles que não têm condições.

Contudo, há uma tendência generalizada de olhar para a educação relacionando-a apenas com a escola. Para mim, a educação é muito mais do que a escola e ao analisarmos a escola e os seus resultados temos de a olhar em todas as suas dimensões. Apesar de termos conseguido um progresso notável na redução da taxa de analfabetismo, no aumento do número de anos de escolaridade obrigatória, na redução do abandono escolar e nas avaliações feitas por organismos internacionais, não podemos adormecer à sombra desses indicadores.

Vejo que o nosso sistema educativo continua a falhar em dimensões bastante significativas. Basta olhar e sentir a insatisfação dos alunos, dos pais e dos profissionais docentes e não docentes, pois são uma prova dessas carências. Por outro lado, temos um sistema com insuficiências de adaptação ao mundo dos nossos dias, um mundo que atravessa profundas e rápidas transformações de ordem científica, tecnológica, ambiental e demográfica e que exige uma resposta mais célere e consistente.

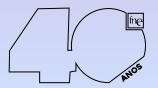
Estes desafios só são ultrapassados, com a celeridade que se impõe, com um maior investimento na educação. Sabendo-se que a educação é uma área estruturante para o nosso futuro coletivo é preciso alocar ao seu orçamento uma maior percentagem do PIB.

JF - COMO OLHA PARA O PAPEL DO SINDICALISMO E DA FNE PARA O FUTURO?

JRC - Não consigo ver que um país aprofunde a sua democracia e eleve os seus padrões de desenvolvimento sem a participação e intervenção organizada da sua força ativa, que são os trabalhadores. Não vejo que outro tipo de intervenção em alternativa aos sindicatos possa existir para defender e garantir a dignidade do trabalho e dos direitos de quem trabalha. Não vejo que outra forma têm os trabalhadores de se organizarem para que, dentro de uma empresa, dentro de um setor de atividade, seja público ou privado, tenham consistência para lutar pelo equilíbrio de poderes dentro do mundo do trabalho. Não vejo que outro tipo de organização possa defender um coletivo de trabalhadores, seja de uma empresa, grupos de empresas, ou de um setor de atividade, como o direito à negociação coletiva, o direito à contestação, o direito a fazer paralisar a atividade produtiva se, em causa, estiverem direitos fundamentais do trabalho e dos trabalhadores.

Os sindicatos e a sua ação são fator de progresso das sociedades. As sociedades com sindicatos fortes, as sociedades que valorizam o papel dos sindicatos, são sociedades mais desenvolvidas e com padrões de vida elevados. Do lado oposto, são inúmeros os exemplos de países, de sociedades, que desvalorizam o papel dos sindicatos, os ignoram, os impedem de realizar a sua ação, que os ilegalizam e que prendem os seus ativistas. Estas são sociedades subdesenvolvidas, são sociedades em que a força do trabalho é explorada ao limite, são sociedades desumanizadas, são sociedades em que se paga um preço muito elevado para lutar pela liberdade e direitos da sua força de trabalho.

É este o olhar que tenho sobre o papel do sindicalismo, um olhar global, claro, mas um olhar que me permite afirmar que uma sociedade sem sindicatos fortes é uma sociedade que se condena a si própria, sem futuro.



«Não vejo que outro tipo de intervenção, em alternativa aos sindicatos, possa existir para defender e garantir a dignidade do trabalho e dos direitos de quem trabalha».







ENSINO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO:

DISCRIMINAÇÃO E PRECARIEDADE

As duas últimas palavras do título descrevem realmente o que se passa no Ensino do Português no Estrangeiro (EPE), sistema que já foi válido e de funcionamento aceitável mas, que devido a políticas de ensino mal dirigidas e pior aplicadas, se tornou uma sombra daquilo que era no passado, pois que hoje tem menos de metade da dimensão registada em 2010, quando havia mais de 600 professores lecionando cerca de 70 mil alunos, um ensino de qualidade e gratuito para todos - portugueses e estrangeiros.

Atualmente, em consequência de uma obediência cega a princípios elitistas e economicistas, os alunos portugueses e lusodescendentes estão, através do pagamento obrigatório e a fraca qualidade de ensino, a ser afastados do sistema, reduzidos a uma percentagem inferior a 40% do total, enquanto que mais de 60%, num ensino criado para os filhos dos trabalhadores portugueses nas Comunidades, são estrangeiros com direito a ensino gratuito, uma deplorável consequência da dita "internacionalização" do Português, que afinal não deixa espaço para os portugueses.

A redução do número de alunos aumentou a precariedade laboral dos docentes do EPE, dependentes do citado para manter os seus postos de trabalho, num sistema instável, onde a inexistência de Quadro impede a vinculação e a desejável estabilidade, que em Portugal também há dificuldade em se conseguir. Aos professores no EPE foi-lhes retirada a igualdade com os seus colegas em Portugal nos processos concursais. Desde 2013, os docentes do EPE estão em plano inferior, concorrendo apenas em segunda prioridade, facto que dificulta fortemente uma vinculação, que no estrangeiro não podem ter.

Aliando essa desvantagem à existência de apenas dois grupos salariais (mais e menos de 15 anos de serviço), sujeitos a um congelamento de carreira onde a carreira não existe, sem direito a redução de componente letiva por antiguidade, lecionando muitas vezes todos os níveis de escolaridade e com deslocações semanais de 500 e mais quilómetros entre casa e escolas, sobrecarregados por uma burocracia extrema e relatórios inúteis, onde lhes é perguntado qual a sua contribuição para a divulgação da língua e cultura portuguesas, como se tal não saltasse à vista, os docentes do EPE não veem o seu trabalho reconhecido nem "cá", no estrangeiro, com fraca remuneração e nenhumas compensações, nem "lá", em Portugal, onde são candidatos aos concursos nacionais em prioridade inferior, porque o ME recusa reconhecer o tempo de serviço prestado no EPE.

Resumindo, tanto alunos como professores portugueses no EPE são os "parentes pobres" dos seus semelhantes em território nacional, os primeiros privados do ensino gratuito e de qualidade previsto na Constituição, os segundos privados de dignidade profissional, de vínculo, de carreira, de futuro.

Assim fica a pergunta: quem é mais pobre? Os professores e alunos do EPE privados dos seus direitos básicos, ou os responsáveis por essa triste realidade que, refugiando-se em preconceitos e conceitos falsos, os condenam a essa pobreza?

> Maria Teresa Nóbrega Duarte Soares Secretária-Geral SPCL



CARREIRAS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO? OS QUÊS E OS PORQUÊS

No que ao sistema educativo diz respeito, no nosso país, e muito particularmente no que se refere ao Pessoal de Apoio Educativo (Não Docente), o enquadramento legal e a prática geral dos estabelecimentos de ensino e de educação prosseguem ao arrepio de necessidades há muito detetadas e sinalizadas. Leis e práticas mantêm-se cristalizadas, quer pela falta de vontade política em colocar este assunto na agenda de prioridades, quer devido a um certo desinteresse das restantes partes interessadas, prolongando um status quo que a cada dia prejudica mais o funcionamento do sistema e, naturalmente a eficácia e a qualidade do seu desempenho.

Ainda que os modelos de gestão escolar se assumam como democráticos e que seja consentâneo o discurso sobre a importância do papel do Pessoal de Apoio Educativo no sistema educativo, não lhe sendo dada todavia a oportunidade de ver reconhecida essa importância através de um estatuto específico, nem voz ativa em termos de participação e organização escolar, constatamos que tal modelo democrático é um processo inacabado, que urge concluir!

O Decreto-Lei nº 184/2004 de 29 de Julho, atualmente em vigor, que define o regime estatuário específico destes trabalhadores, afirma a sua natureza reformadora "com dimensão estrutural, no âmbito do sistema educativo português, convergindo para o objetivo global de melhoria da qualidade do funcionamento do sistema educativo e, nestes termos, da sua finalidade última: a qualidade das aprendizagens". Ora, ao referir que a qualidade das aprendizagens é a finalidade última do sistema educativo, torna evidente a dissonância do seu conteúdo face às exigências e desafios que enfrentamos hoje, reduzindo o sistema à sua dimensão instrutiva, obliterando todas as restantes dimensões em que a escola interfere e que influenciam o desenvolvimento integral das nossas crianças e jovens. A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) define justamente como Pessoal de Apoio Educativo as pessoas empregadas por estabelecimentos de educação que não têm responsabilidades instrutivas, acrescentando que, embora a definição possa

variar de um país para outro, geralmente inclui professores que sejam gestores de escolas, diretores e outros administradores de escolas, supervisores, conselheiros, psicólogos escolares, pessoal de saúde escolar, bibliotecários ou especialistas em meios educacionais, produtores de curriculae, inspetores, administradores de educação a nível local, regional e nacional, pessoal administrativo, pessoal de construção e manutenção, pessoal de segurança, trabalhadores dos transportes e pessoal de catering.

O nosso propósito é, pois, o de alterar aquela visão redutora do sistema educativo, em que este Pessoal se integra como um corpo de agentes educativos com competências específicas, com diferentes graus de exigência e de responsabilidade e cujo contributo ao sistema deve ser reconhecido e valorado em paridade com os demais agentes educativos.

Em relatório técnico sobre a condição dos assistentes e dos técnicos especializados que integram as atividades educativas das escolas, divulgado em fevereiro de 2020 pelo Conselho Nacional de Educação - CNED, conclui-se que a caracterização de certos elementos do sistema educativo em Portugal e a comparação com a situação de outros países põem em evidência alguns aspetos que devem merecer uma reflexão mais aprofundada, destacando que a diversidade de tarefas hoje exigida à escola, que a todos inclui, aponta para a criação de equipas de profissionais, de categorias existentes ou a criar, com funções bem definidas (ex. assistente de educação, pessoal especializado de apoio pedagógico, de saúde e social) laborando de forma articulada para o mesmo fim e que deve ser reconhecido o papel fundamental de todos os profissionais para uma escola que se pretende cada vez mais inclusiva e de sucesso para todos os alunos.





A FNE COM JOVENS PROFESSORES EM BERLIM

A FNE, representada pela dirigente Sandra Dias (SPZN), participou na Conferência conjunta do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) e da Fundação Friedrich Ebert Stifung (FES) sobre "Jovens Membros de Sindicatos da Educação", que decorreu em 28 de setembro de 2022, nas instalações daquela organização, em Berlim.

O objetivo da conferência foi abordar e discutir questões que os jovens associados de sindicatos da educação europeu estão a enfrentar, nos tempos desafiadores da atualidade, varrida por múltiplas crises e pela guerra em curso na Ucrânia.

Para além de Portugal, a oportunidade juntou jovens da Alemanha, Escócia, Estónia, Chipre, Grécia, Irlanda, Kosovo, Montenegro, Sérvia e Turquia, que debateram ainda o estudo de pesquisa "Mapeando as tendências do mercado de trabalho e Políticas Sindicais para Jovens Professores e Outros Profissionais da Educação", produzido com o apoio financeiro da FES, em cooperação com uma equipa de investigação do CELSI -Centro Europeu de Estudos Laborais.

A conferência serviu também para um debate e reflexão sobre boas práticas na implementação do documento político do CSEE "Elevar o Estatuto e a Atratividade da Profissão Docente",

nomeadamente sobre as estratégias que os sindicatos da educação devem adotar para atender às necessidades dos seus jovens membros, perante as crises globais que enfrentam.

Todos os presentes foram unânimes em considerar que a atual crise económica, sanitária e política só serviu para agravar questões pré-existentes para os jovens profissionais do ensino, empurrando-os para a precariedade das condições de trabalho, nos seus respetivos contextos. Destacaram, ainda, que é crucial que as organizações sindicais procurem desenvolver estratégias para atrair jovens profissionais do setor da educação, nomeadamente através da criação de programas inovadores de qualificação e desenvolvimento da carreira.





Os participantes
reconheceram que as
múltiplas
crises contribuíram
para diminuir a atratividade da
profissão
docente.

Os participantes reconheceram que as múltiplas crises contribuíram para diminuir a atratividade da profissão docente. Porém, sublinharam o seu desejo de continuar o trabalho crucial nos seus sindicatos para atrair e reter os jovens profissionais do setor e os que pretendem vir a ingressar na profissão docente.

Barbora Holubova, investigadora do CELSI, destacou que o estudo encomendado descobriu que existem vários fatores que impedem os jovens profissionais de se filiarem e se envolverem com os sindicatos da educação. No entanto, enfatizou que essas barreiras podem ser superadas pelos sindicatos da educação, aumentando seu foco em atividades que motivam os jovens professores em início de carreira a ingressar no sindicato.

A conferência terminou com uma discussão animada sobre as necessidades potenciais dos sindicatos membros do CSEE, as atividades que poderiam ser organizadas para atender a essas diversas procuras e a maneira como a política nacional pode ser formulada para apoiar os jovens profissionais da educação a criar ambientes de aprendizagem florescentes, nos quais se sintam apoiados, reconhecidos e valorizados.

Larry Flanagan, Ppresidente do Comitê Sindical Europeu para a Educação, ecoou a necessidade de os sindicatos continuarem a atrair jovens professores e outros profissionais da educação para mudar positivamente o cenário educacional para todos.

Larry Flanagan, Presidente do CSEE, realçou a necessidade de os sindicatos continuarem a atrair jovens professores e outros profissionais da educação para mudar positivamente o cenário educacional para todos, em cada país.

Sandra Dias



Sandra Dias em defesa dos jovens professores

SAÚDE E SEGURANÇA EM EMPREGOS VERDES

A União Europeia (UE) está a trabalhar com vista a alcançar um equilíbrio do crescimento económico com a necessidade de proteger o ambiente, tendo estabelecido para si própria objetivos ambiciosos de redução das emissões de gases com efeito de estufa, de aumento da eficiência energética, promoção das energias renováveis e redução dos resíduos.

Isto deu origem a uma vasta gama de empregos verdes - empregos que contribuem para a preservação do ambiente, ou para a sua recuperação. Contudo, se a Europa e o resto do mundo pretendem que estes empregos sejam realmente sustentáveis é necessário garantir que proporcionem condições de trabalho seguras, saudáveis e dignas. Os empregos verdes, para além de serem bons para o ambiente, têm de ser bons para os trabalhadores.

Por que razão é importante ter em conta a Saúde e Segurança no Trabalho (SST) nos empregos verdes?

Existe a tendência para associar a palavra «verde» a segurança. Mas muitas vezes o que é bom para o ambiente não o é necessariamente para a saúde e segurança dos trabalhadores com empregos verdes. Em alguns casos já vimos legislação e tecnologias novas, concebidas para provado para os trabalhadores. A redução da quantidade de resíduos a enviar para aterros, por exemplo, deu origem a taxas mais elevadas de acidentes e doenças entre os trabalhadores incumbidos de os tratarem.

teger o ambiente, darem origem a um risco agra-

As novas tecnologias ou processos de trabalho associados aos empregos verdes podem gerar novos perigos, os quais exigem novas combinações de competências para lidar com eles: as «antigas» formas de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) não podem ser simplesmente transferidas para eles. A instalação de um aquecimento de água solar, por exemplo, implica uma conjugação das competências de um reparador de telhados, de um canalizador e de um eletricista.

A velocidade prevista para a expansão da economia verde pode conduzir a falhas de competências, com trabalhadores inexperientes envolvidos em processos para que não tiveram formação, colocando assim em risco a sua segurança e a sua saúde. Pode acontecer também uma maior polarização da mão-de-obra em função das competências, sendo os trabalhadores menos qualificados pressionados a aceitar piores condições de trabalho. Por último, mas não menos importante, a pressão económica e política pode levar a que as preocupações com a SST sejam negligenciadas.

Para que os empregos verdes sejam verdadeiramente sustentáveis é necessário garantir que sejam benéficos para a segurança e a saúde dos trabalhadores, tanto quanto para o ambiente. Na economia verde, como nas outras, uma boa SST desempenha um papel vital no aumento da competitividade e da produtividade. Neste domínio em rápido desenvolvimento, precisamos de garantir que o que é bom para o ambiente também o é para os trabalhadores.



Fonte: Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho

DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 DE SETEMBRO A 25 DE OUTUBRO DE 2022

Portaria nº 246/2022 - DR nº 187/2022, Série I de 2022-09-27

Presidência do Conselho de Ministros, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Cria a segunda fase do Programa «Emprego + Digital 2025», programa de formação profissional na área digital.

Decreto-Lei nº 65/2022 - DR nº 188/2022, Série I de 2022-09-28

Presidência do Conselho de Ministros Altera o regime da organização e funcionamento do XXIII Governo Constitucional.

<u>Decreto-Lei nº 66-A/2022 - DR nº 190/2022,</u> <u>1º Suplemento, Série I de 2022-09-30</u>

Presidência do Conselho de Ministros Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

<u>Despacho nº 11800/2022 - DR nº 194/2022,</u> Série II de 2022-10-07

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Educação - Gabinetes da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Ministro da Educação

Designa os membros do Conselho Nacional de Educação.

<u>Declaração de Retificação nº 24-A/2022 - DR nº 195/2022, Série I de 2022-10-10</u>

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica o Decreto-Lei nº 53/2022, de 12 de agosto, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2022.

<u>Decreto Regulamentar nº 5/2022 -</u> <u>DR nº 196/2022, Série I de 2022-10-11</u>

Presidência do Conselho de Ministros Regulamenta o Fundo de Financiamento da Descentralização.

Aviso nº 19676/2022 - DR nº 199/2022, Série II de 2022-10-14

Educação - Conselho das Escolas Constituição da comissão permanente.

Resolução do Conselho de Ministros nº 93/2022 - DR nº 201/2022, Série I de 2022-10-18

Presidência do Conselho de Ministros Altera a Estrutura de Missão «Recuperar Portugal».

Despacho nº 12145/2022 - DR nº 201/2022, Série II de 2022-10-18

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra

Fixa os limites para a transferência de vagas fixadas e não ocupadas em concursos especiais.

<u>Despacho nº 12214/2022 - DR nº 202/2022,</u> <u>Série II de 2022-10-19</u>

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Educação - Gabinetes da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Ministro da Educação

Cria o grupo de trabalho com a missão de apresentar um relatório com propostas de alteração ao Decreto-Lei nº 79/2014, de 14 de maio, na sua redação atual.

Resolução do Conselho de Ministros nº 96/2022 - DR nº 205/2022, Série I de 2022-10-24

Presidência do Conselho de Ministros Determina a cessação de vigência de resoluções do Conselho de Ministros publicadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.



31 | +vantagens fne outubro 2022 | jornal FNE























